

Anísio Miguel de Sousa Saraiva*

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

«*Clientuli et procuratores*» na *Avinhão de Clemente VI,* segundo as notas de um notário português

Resumo

Este artigo pretende dar a conhecer dois pequenos cadernos de notas, guardados no Arquivo Secreto do Vaticano (ASV, *Reg. Aven.*, 91, fls. 285-315v), que possuem a particularidade de terem sido usados pelo clérigo português João Esteves, no exercício das suas funções de público notário apostólico em Avinhão, entre 1346 e 1347. A análise desta fonte permite entrever a presença e as actuações da clerezia secular portuguesa junto da Cúria Pontifícia de Clemente VI, mas também demonstrar, pelo caso concreto que se apresenta, a sua participação activa na estrutura administrativa do papado avinhonense.

Abstract

This paper intends to disclose two small notebooks kept by the Archivio Segreto Vaticano (ASV, *Reg. Aven.*, 91, fls. 285-315v), which have the particularity of having been used by the Portuguese clergy man João Esteves, during his activity as a public notario apostolico in Avignon, between 1346 and 1347. The analysis of this source enables us not only to foresee the presence and activities of the Portuguese clergy in the Curia of Clemens VI, but also demonstrate through this particular case their active participation in the administrative structure of the papacy.

No Arquivo Secreto do Vaticano, no códice pergamináceo com o número 91 do conhecido fundo dos *Registra Avenionensia*, encontram-se intercalados, entre os fólhos 286 e 316, dois pequenos e bem conservados cadernos em papel que serviram de suporte às notas do clérigo português João Esteves, público

* Bolseiro de doutoramento da FCT e membro do projecto de investigação *Fasti Ecclesiae Portugaliae: prosopografia do clero catedralício português (1071-1325)*.

notário apostólico na Cúria Pontifícia de Avinhão durante o pontificado de Clemente VI¹.

Em ambos os espécimes, este clérigo notário registou, em letra gótica cursiva, onze documentos, no período compreendido entre Agosto de 1346 e Dezembro de 1347². Ao contrário do que à partida poderíamos esperar, infelizmente poucos foram os actos aí reunidos em quase ano e meio de actividade notarial. A maior parte deles foi anotada ao longo do ano de 1347 e com grande intervalo de tempo entre si, não tendo havido, em alguns casos, a preocupação de os registar de acordo com a sua natural sequência cronológica³. Ainda no tocante à datação das notas, aparecem por vezes outras falhas, como o esquecimento ou omissão da indicação do dia e do mês⁴ ou mesmo do ano⁵.

Apesar destes indicadores de maior pressa ou descuido do notário, este redige os documentos *in extenso*, isto é, com todo o formulário e respectivo elenco de testemunhas. Apenas num único caso, o de uma procuração, optou pela forma incompleta, limitando-se a grafar o protocolo e o nome dos intervenientes, deixando um espaço em branco destinado ao texto a preceder a enumeração das testemunhas⁶. A expedição final dos documentos não é assinalada com qualquer palavra, sigla ou abreviatura; no entanto, a maioria das notas encontram-se riscadas ou cruzadas, o que parece inferir a execução do respectivo *mundum*.

Atendendo às características que acabámos de enunciar, principalmente no tocante ao escasso número de actos e ao modo algo episódico e desordenado como algumas anotações foram realizadas, cremos estar diante de dois cadernos avulsos usados ocasionalmente e até em certos momentos em simultâneo nos registos do notário João Esteves e não perante parte ou partes de um seu livro de notas, onde mais amiúde vislumbraríamos o resultado da sua actividade⁷.

A reforçar esta hipótese acresce ainda o facto do segundo caderno não ter sido por ele completamente preenchido, permitindo que as folhas deixadas em branco, e que constituem a maior parte⁸, servissem posteriormente, embora em datas desconhecidas, para a feitura de um arrolamento de cartas e de um inven-

¹ O primeiro caderno vai das folhas 287 a 298, ocupando o segundo as folhas 299 a 315v, apresentando iguais dimensões: 141x213mm.

² Publicamos os documentos em anexo de acordo com a ordem sequencial em que aparecem nos cadernos. Na enumeração dos actos anotados não considerámos um documento cujo registo ficou incompleto, na folha 297, tendo o notário redigido apenas as primeiras linhas com a invocação e a data (27 de Setembro de 1347), vid. nota 34.

³ Repare-se nos documentos 6, 7 e 8.

⁴ Documentos 3, 4 e 10.

⁵ Documento 9.

⁶ Documento 6.

⁷ A propósito dos livros de notas e da obrigatoriedade da sua utilização pelos notários e tabeliães públicos portugueses, vid. Maria Helena da Cruz Coelho, "Os tabeliães em Portugal: perfil profissional e sócio-económico", in *Estudos de Diplomática Portuguesa*, Lisboa, 2001, p. 95 e seguintes.

⁸ Das fls. 303 a 315v.

tário de bens, tendo os autores para esse efeito invertido o sentido de redacção do caderno⁹.

Quanto a João Esteves, por *apostolica auctoritate publici notarii*, o seu estatuto clerical e a sua origem lusitana não só ficam firmadas nos dois momentos em que se identifica como clérigo da diocese de Lisboa e proveniente de Vila Verde (*clericus Ulixbonensis diocesis*¹⁰, *Johannes Stephani de Vila Viridi*¹¹), mas também pelo domínio escrito da língua portuguesa, que não deixa de utilizar mesmo quando o latim impera, por força do meio onde trabalha, do teor dos actos que redige e da condição dos outorgantes, que a ele recorrem para validar juridicamente os seus contratos¹². Fica, por conseguinte, demonstrada a presença, em meados da centúria de Trezentos, de portugueses em Avinhão no exercício de funções notariais públicas delegadas pela Cúria Pontifícia, que exigia a estes seus agentes, entre outros requisitos, a obrigatoriedade de pertencerem ao estado clerical¹³.

Não menos interessante é constatar-mos o facto da maioria dos documentos que saíram da pena de João Esteves terem sido redigidos a serviço de compatriotas portugueses, fossem eles eclesiásticos ou seus familiares e procuradores, que por diferentes motivos se haviam deslocado até Avinhão ou aí residiam. Em consequência disso, podemos perceber pelo conteúdo dos actos registados outras facetas, por vezes não suficientemente conhecidas, do quotidiano da clerezia secular de então, bem como dos trâmites processuais por que passavam as inúmeras apelações e questões que, um pouco por toda a parte, entidades eclesiásticas e laicas faziam chegar à Cúria Apostólica.

Os primeiros documentos dão-nos conta disso mesmo, mas também das dificuldades por que passavam os procuradores no cumprimento das funções que lhes haviam sido confiadas e pelas quais, uma vez regressados aos seus locais de origem, deveriam prestar contas, dando a conhecer não só os resultados obtidos, como o tempo e os custos que essas missões tinham envolvido. Por isso Leão Tiago, na qualidade de procurador da abadessa e do mosteiro lisboeta de Santos, antecipando uma possível acusação de negligência, pedira ao notário,

⁹ Trata-se de um arrolamento de cerca de uma trintena de cartas (respeitantes a negócios diplomáticos entre o rei português Afonso IV, o seu genro Afonso XI de Castela e o papa João XXII), feito por Fernão Martins em data desconhecida, mas que podemos situar pelos finais da década de 40 e inícios de 50 do século XIV (fls. 315v-311). A este segue-se, das fls. 309 a 302v, um outro inventário, desta feita de livros, armas, roupas, utensílios domésticos, paramentaria e alfaías religiosas, pertencentes a um bispo cujo nome não é referido, tal como não é referido o autor material da listagem e a data de execução. Ambos os róis, já lidos e transcritos, serão objecto de um trabalho autónomo que pretendemos empreender.

¹⁰ Documento 1.

¹¹ Documento 4.

¹² Como exemplo único de um acto escrito em português, veja-se o documento 5.

¹³ Entre esses requisitos exigidos aos candidatos ao cargo de notário apostólico contava-se, além de terem de ser clérigos tonsurados ou possuidores de ordens menores, a obrigatoriedade de serem solteiros e de não terem mais de 25 anos de idade, vid. Paulius Rabikaukas, "Notaire Apostolique", in *Dictionnaire Historique de la Papauté*, dir. Philippe Levillain, Paris, 1994, p. 1190.

por duas vezes, o testemunho de como tentara sem sucesso aceder ao palácio apostólico e entregar aos auditores pontifícios a apelação de que era portador, fazendo questão de esclarecer que o porteiro do palácio o impedira de o fazer por achar não ser o momento oportuno¹⁴. Exactamente da mesma forma procedeu Estêvão Afonso, raçoeiro da igreja da Azambuja e procurador dos seus pares Lourenço Domingues e Estêvão Fernandes, no âmbito de uma apelação por estes interposta contra o mosteiro de S. Vicente de Fora. Só que neste caso, a 1 de Junho de 1347, decorrido quase um ano sobre o referido insucesso de Leão Tiago, o porteiro papal foi mais esclarecedor e demoveu o raçoeiro com a informação de que nada podia ser resolvido por o palácio estar encerrado para férias entre Junho e Outubro...¹⁵.

Se o móbil da redacção notarial destes episódios estava directamente relacionado com a entrada de apelações na Cúria, outros documentos também se realizaram como consequência dos frequentes atrasos que sofriam os respectivos despachos. Os procuradores das partes envolvidas tratavam, por isso, de acautelar a sua responsabilidade, mediante a inquirição dos auditores papais sobre as razões da demora ou, por outro lado, tentando encaminhar as apelações para outros legistas apostólicos, na esperança destes obterem maior empenho para a resolução dos processos; um dos auditores visados foi precisamente Lourenço de Barbudo, professor de Direito e chantre de Coimbra, que, nos finais de 1347, desempenhava essas funções na administração burocrática papal¹⁶.

As sucessivas viagens que muitos destes procuradores, clérigos ou seus familiares necessitavam de empreender à Sé Apostólica, para a resolução destes e de outros assuntos, davam, por outro lado, suporte à indispensável circulação de cartas, súplicas, bulas e tantos outros tipos de documentos entre o Papado, as comunidades de clérigos que junto dele estavam sedeadas e os respectivos países de origem. Foi o que aconteceu com João Martins de Arnóia, oriundo da diocese de Braga: estando em Avinhão, nos primeiros meses de 1347, recebeu de mestre Pedro, cónego de Tui, o encargo de levar a Portugal e entregar ao abade do mosteiro de S. Salvador de Fonte Arcada quatro bulas do papa Clemente VI, duas delas destinadas a esse mesmo abade e mosteiro e as restantes ao rei D. Afonso IV e ao arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira. Ao que supomos com o objectivo de custear as despesas da viagem até Portugal, João Martins recebeu em empréstimo do seu mandante a quantia de três escudos de ouro, que ficou obrigado a liquidar meses depois, quando regressasse de novo à Cúria¹⁷.

É evidente que as operações creditícias celebradas na Sé Apostólica não obedeciam apenas ao intuito de financiar as longas e morosas viagens. Elas eram

¹⁴ 1347 (1 e 16 de Agosto, Avinhão), documentos 1 e 2.

¹⁵ 1347 (1 de Junho, Avinhão), documento 8.

¹⁶ 1347 (11 de Abril, Avinhão e 24 de Dezembro), documentos 7 e 11.

¹⁷ 1347 (antes de Maio, Avinhão), documento 4.

praticadas muitas vezes entre a própria clerezia para fazer face às exigências da permanência na cidade de Avinhão e à burocracia da administração pontifícia. Se o que acabámos de aferir não é explícito num empréstimo de dezasseis escudos de ouro que o já referido mestre Pedro, cónego de Tui, concedeu ao cónego de Lisboa Rodrigo Mendes, recebendo em penhor umas suas Decretais¹⁸, noutros casos já o é. Por exemplo, o cónego de Évora João Lourenço, como procurador do seu irmão, cónego de Lugo, confirmou ter recebido emprestados de João Gonçalves, também membro dessa canónica galega, nove florins de ouro para pagar as despesas que teria ao requerer junto da Cúria a bula de outorga do benefício canonical de Lugo ao seu irmão Vasco Lourenço¹⁹.

Com efeito, era na Cúria que se conseguiam os documentos dos benefícios, das expectativas ou das dispensas previamente suplicados, mas também era muitas vezes a partir da Cúria que os favorecidos com as graças do pontífice geriam e administravam os seus canonicatos, as suas prebendas ou prestimónios, constituindo procuradores para o efeito. A esse expediente recorreu por duas vezes o cónego Martim Gil, nomeando como seus representantes, em 1346, Vasco Peres, deão de Évora, dois familiares deste dignitário e um raçoeiro de Sevilha, para receberem e administrarem os rendimentos que lhe cabiam na qualidade de cónego prebendado desta catedral andaluza. Essa procuração foi renovada, em 1347, desta feita alargando-se à catedral de Viseu, da qual entretanto recebera um outro canonicato e prebenda, benefícios eclesiásticos que os mesmos procuradores eram incumbidos de cuidar e gerir²⁰.

Tudo isto o notário João Esteves testemunhou e anotou em dois pequenos cadernos de papel, para depois dar a forma jurídica final a estas procurações, empréstimos, testemunhos e confirmações protagonizados directa e indirectamente por clérigos ou seus familiares e procuradores, também eles, na sua maioria, portugueses, assim como as testemunhas chamadas a validar esses mesmos contratos. Todos no seu conjunto e, em particular, o próprio clérigo e notário apostólico João Esteves, constituem importantes exemplos da ainda pouco conhecida presença portuguesa em Avinhão e no funcionalismo burocrático da Cúria Pontifícia daquele período.

¹⁸ 1347 (10 de Setembro, Avinhão), documento 9.

¹⁹ 1347 (7 de Março, Avinhão), documento 5.

²⁰ Documentos 3 e 10.

DOCUMENTOS*

1

(ASV, Reg. Aven., 91, fls. 287-305)

1346, AGOSTO, 1, Avinhão, diante da porta do palácio papal — *Leão Tiago, cliente de Tiago, cónego de Lisboa, e procurador de D. Joana Lourenço e das monjas do mosteiro de Santos, apresenta-se no palácio papal onde pede para ser recebido como procurador e portador de uma apelação das referidas monjas. O porteiro do palácio não o autoriza a entrar por não ser o momento próprio.*

[Fl. 287] In nomine Domini amen. Anno Nativitate²¹ [...] trecentesimo quadragesimo sexto indicione quarta decim[a] [...] die mensis Augusti pontificatus Sancti Patris [Domini Clementis] Divina Providencia Pape VI anno quinto. In presencia m[e]y Johannes Stephani apostolica auctoritate publici notarii et testium su[b] scriptorum ad hoc specialiter vocatorum et rogatorum constitutus discretus vir Leo Jacobi clientulus domni Jacobi canonici ecclesie Ulixbonensis et procurator venerabilis et religiose domne Johanne Laurencii et aliarum monialium monasterii de Santos apud Ulixbonam ante hostium palacii predicti Domini Pape per quod ad eundem Dominum Papam intrabatur et peciit instanter a Petro de Ventenaco Apamiarum diocesis porterio et familiare prefati Domini Papi qui tunc dictum hostium custodiebat quod permecteret ipsum intrare ad predictum Dominum Papam quia volebat prosequi coram eo nomine procuratorio dictarum dominarum quondam apellationem quam tunc in manibus tenebat cujus principium et finis et etiam procuratori inferius describentur ac etiam super eadem apellationem judicem seu judices dellegatos inpetrare ad partes et cetera alia facere que circa prossecucionis dicte apellationis de jure facere teneretur qui Petrus porterius eidem Leoni procuratori respondit quod tenpus non erat ad supradictum Dominum Papam intrandi nec eum intrare permisit et tunc prefatus Leo procurator procuratorio nomine supradictarum dominarum protestatus fuit quod tempora prosequendi predictam apellationem ac super ea judicem seu judices dellegatos ad partes inpetrandi ey et dictus dominabus suis non currant nec ipsis ad negligenciam inputetur maxime cum sit tenpus feriatum et per eum non stet quo minus predicta faceret sed per dictum Petrum qui eum intrare non permisit et propter hec omnia eidem ac earum juri nullum in posterum prejudicium generetur tenor autem dicte apellationis sic incipit “In nomine [Fl. 287v]²² Dey amen. Noverint universsi presenti instrumenti apellationis seriem inspecturi quod sub anno Domini millesimo trecentesimo quadragesimo” et finit in ultimam “veritatur” et erant scripta per manum

* Na transcrição seguimos os critérios apresentados por Avelino de Jesus da Costa, *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*, 3ª ed. muito melhorada, Coimbra, 1993.

²¹ Segue-se uma mancha que se estende pelas três primeiras linhas.

²² Na margem superior do fôlio: *de mensse Augusti*.

Johannis Stephani publici tabellionis civitatis Ulixbonensis ut in eis prima facie aparebat. Actum Avinione ante hostium palacii supradicti.

Presentibus: discretis viris Petro de Ventenaco porterio supradicto, Garssia Petri clerico Cesaragustane diocesis, Egidio Martini clerico civitate Ulixbonensi, Johanne Johannis presbitero ejusdem et Dominico Dominici de Lauris presbitero diocesis Ulixbonensis.

Et ego Joh[ann]es Stephani notarius supradictus clericus Ulixbonensis diocesis qui rogatus a dicto Leone omnibus et singulis intrafuy una cum dictis testibus eaque omnia et singula in isto instramento manu propria conscripxi publicavi. Et meo consueto signo signavi quod tale est in testimonium veritate.

2

1346, AGOSTO, 16, Avinhão, diante da porta do palácio papal — *Leão Tiago, cliente de Tiago, cónego de Lisboa, e procurador de D. Joana Lourenço e das monjas do mosteiro de Santos, apresenta-se de novo no palácio papal onde pede para ser recebido como procurador e portador de uma apelação das referidas monjas. O porteiro do palácio volta a não o autorizar a entrar por não ser o momento próprio.*

[Fl. 287v] In nomine Domini amem. Anno Nativitate ejusdem millesimo trecentesimo quadragesimo sexto indicione quarta decima die mensis Augusti sexta X pontificatus Sancti Patris Domini Clementis Divina Providencia Pape VI anno quinto. In presencia mey notarii et testium subscriptorum ad hoc specialiter rogatorum et vocatorum constitutus discretus vir Leo Jacobi clientulus domni Jacobi canonici ecclesie Ulixbonensis procurator venerabilis et religiose domne Johanne Laurencii et aliarum monialium monasterii de Santos apud Ulixbonam ante hostium palacii predicti Domini Pape per quod ad eundem Dominum Papam intrabatur et peçiit instant a Petro de Ventenaco Apamiarum diocesis porterio et familiari prefa[Fl. 288]ti Domini Pape qui tunc dictum hostium custodiebat quod permecteret ipsum intrare ad predictum Dominum Papam quod volebat prosequi coram eo nomine procuratorio dictarum dominarum quondam apellationem quam in manibus suis tenebat cujus principium et finis et etiam procuratorii inferius describentur ac etiam super eadem apellationem judicem seu judices delegatos ad partes inpetrare et cetera alia facere que circa prosecutionem dicte apellationis de jure facere teneretur qui Petrus portarius eidem Leoni procuratoris respondit quod tempus non erat ad supradictum Dominum Papam intrandi nec eum intrare permisit et tunc prefatus Leo procurator procuratorio nomine supradictorum dominarum protestatus fuit quod tempora prosequendi dictam apellationem ac super ea judicem seu judices dellegatos ad partes inpetrandi ey et dictis dominabus suis non currant nec ipsas ad negligenciam inputetur maxime cum sic tempus feriatum et per eum non stet quo minus predicta faceret sed per dictum Petrum portarium qui eum intrare non permisit et propter hec omnia eidem ac earum juri nullum in posterum prejudicium generetur tenor autem dicte apellationis sic incipit “In Dey nomine

amen. Noverint universsi presenti instrumenti apellationis seriem inspecturi quod sub anno Domini milesimo trecentesimo quadragesimo” et hac in prima linea et ultima linea finiebatur “veritate” et procuratorium incipiebatur “In Dey nomine amen” et finiebatur “veritate” et erant scripta per manum Johannis Stephani publici tabellionis civitatis Ulixbonensis ut in eis prima facie aparebat. Actum Avinione ante [Fl. 288v] hostium palacii supradicti.

Presentibus: discretis viris Petro de Ventenaco porterio supradicto, Garssia Petri clerico Sesaragustane diocesis, Egidio Martini clerico civitatis Ulixbonensis, Johanne Johannis clerico civitatis <ejusdem>²³ et Dominico Dominici de Lauris diocesis Ulixbonensis.

Die sexta decima mensis Augusti et anno mense die pontificatu et loco superius nominatus. Et ego Johannes.

3

1346, Avinhão — *Martim Gil, cónego Sevilha, faz seus procuradores Vasco Peres, deão de Évora, e João Mateus, raçoiro de Sevilha, Gil Peres, clérigo familiar do dito deão, e Vicente Rodrigues, para em seu nome poderem receber e administrar os frutos dos seus benefícios na igreja de Sevilha.*

[Fl. 289] In nomine Domini amem etcetera. Quod anno Domini millesimo trecentesimo XL VI indicione quarta decima pontificatus Sanctus Patris et Domini Domini Clementis Pape VI anno quinto. Constitutus in presenciam mey notarii etcetera venerabilis et discretus vir domnus Martinus Egidii canonicus Yspalensis fecit consti[*tuit*] et cr[*eavit*] suos veros et legitimos et suficientes procuratoris venerabiles et discretos viros domnum Valascum Petri decanum ecclesie Elborensis et Johannem Matey porcionarium ecclesie Yspalensis ac etiam Egidium²⁴ Petri clericum et crientulum dicti decani et Vicencium Roderici presbiterus licet absentes tanquam presentes quamlibet eorum in solidum itaquod occupantis condicio pocior(?) non existant sed quod per alterum eorum fuerit inceptum posit per alium seu alios prosequi et finiri videlicet ad petendi exigendi recipiendum recuperandum pro eo et ejus nomine omnes et singulos fructus redditus et proventus et quaslibet pecuniarum summas pertinentes seu spectantes ad eum ratione suorum canonicatus et prebende ac etiam prestimoniorum suorum et prestemeyras que obtinet in civitate seu diocesi Ispalensi a quibus cumque personis tam clerici quam laicis cujuscumque constitutionis existant et ad petendum exigendum et recipiendum computum seu rationem a quocumque procuratore seu procuratoribus per eum usque ad presentem diem constitutis aut substitutis ab eis vel ab altero eorum seu ab aliis personis quibus cumque de administratis et receptis per eos nec non ipsos fructus redditus et proventus

²³ Segue-se *Ulixbonensis* sopontado.

²⁴ Segue-se *Dominici* riscado.

canonicatus et prebende predictorum et prestimoniorum et prestemeyras arrendandum cuicumque vel quibuscumque personis per trienium simul vel divisem(?) et de hiis que receperint suo nomine illis a quibus receperint facere finem quitacionem et pactum de ulterius non [Fl. 289v]²⁵ petendo et ad prestandum in anima sua cujuslibet generis sacramentum et ad omnia alia et singula faciendum circa premissa que ipsemet constituens faceret seu facere posset si personaliter presens esset promitens se gratum et ratum perpetuo²⁶ h[ab]itutum quicquid per dictos procuratorem seu procuratores vel substitutos ab eys actum jestum(?) fuerit seu etiam procuratum sub ypoteca rerum suarum. Actum Avinione die ano mense et loco superius nominatus.

Presentibus: discretis viris Egidio Petri Visensis diocesis et Simone de Solario clerico Placentino, domno Johanne dicto abate de Laude scutifero domini de Columna et Guilhelmo Narbonesii scutifero testibus ad hibiti et rogati protestans dictus domnus Martinus quod non intendit per hoc revocare suos procuratores quos habet in civitate et diocesi Ispalensi.

Ego etiam notarius supradictus presens fuy ad omnia et singula in dicto instrumento contenta et omnia et singula²⁷ manu propria scripxi rogatus per dictum canonicum et meo signo signavi in testimonio veritate quod tale est.

4

1347, [antes de Maio, Avinhão] — *João Martins de Arnóia, morador na Cucanha, diocese de Braga, declara ter recebido de Pedro, cónego de Tui, quatro cartas apostólicas obtidas na Cúria Pontifícia (uma destinada ao rei de Portugal [D. Afonso IV], outra para o arcebispo de Braga [D. Gonçalo Pereira], e as restantes dirigidas ao abade Estêvão Gonçalves e ao seu mosteiro de S. Salvador de Fonte Arcada, da diocese de Braga), que se compromete entregar ao referido abade. Declara também ter recebido em empréstimo do mesmo cónego, para as suas necessidades, três escudos de ouro, prometendo devolvê-los, na Cúria Pontifícia, até ao último dia de Maio.*

[Fl. 290] In nomine Domini amen. Anno ejusdem millesimo trecentesimo quadragesimo septimo indicione quinta decima Pontificatus Santissimi Patris et Domini Domini Clementis Pape anno quinto. Johannes Martini d'Arnoya et h[ab]itator in loco qui Cucunha Bracarensis diocesis confessus fuit et sponte recognovit se recepisse et h[ab]uisse quatuor licteras graciosas a Domino Pape obtentas in Romana Curia a venerabili viro domno Petro canonico Tudensi in presentiam mey Johannes Stephani de Vila Viridi et testium subscriptorum ad hoc especialiter vocatorum et rogatorum unam videlicet pro rege Portugalie et aliam pro domino archiepiscopo Bracarensi et aliam de provisionem facta Stephano Gonsalvi et aliam pro suo conventum monasterii Sancti Salvatoris de Fonte Arcada

²⁵ Repete: non.

²⁶ Segue-se uma palavra riscada.

²⁷ Segue-se in dicto instrumento riscado.

dicte Bracarensis diocesis tradendas et restituendas domno Stephano Gonssalvi abbati predicto. Item confessus fuit et etiam recognovit recepisse et h[ab]uisse a dicto domno Petro canonico jam predicto mutuo tres scutos auri²⁸ boni et justii ponderis quos quidam scutos recepit pro suis necessitatibus et promissit eos dare et solvere dicto domno Petro in Romana Curia usque ad ultimam diem Madii proximo veniente ad quos solvendo obligavit omnia bona sua mobilia et immobilia habita et habenda et super dictus Johannes Martini juravit ad Sancta Dey Evangelia per eum corporaliter tacta omnia et singula servari etiam adimplere et non contra venire de quibus omnibus et singulis dictus Johannes Martini mandavit et voluit quod facerem inde dicto domno Petro unum vel plura instrumenta.

Presentibus: venerabilibus et discretis viris domnis Sogerio Johannis, Roderico Arie et Gonsalvo Dominici clericis Bracarensis diocesis.

Et ego Johannes Stephani etcetera²⁹.

5

1347, MARÇO, 7, Avinhão — *João Lourenço, cónego de Évora, como procurador do seu irmão Vasco Lourenço, cónego de Lugo, confirma que recebera em empréstimo de João Gonçalves, cónego de Lugo, nove florins de ouro de Florença, para obter na Cúria Pontifícia as cartas apostólicas respeitantes ao canonicato de Lugo concedido ao seu irmão pelo papa [Clemente VI]. Obriga-se a pagar o empréstimo, em Lugo, no dia de S. Miguel desse mesmo ano.*

[Fl. 291] Sabham³⁰ quantos este instrumento virem como eu Joham Lourenço coonigo d'Évora em nome e em vez de meu irmaao Vaasco Lourenço coonigo de Lugo cujo procurador soo outorgo e conhosco que recebi de vos Joham Gonçalvez coonigo desse lugar de Lugo nove floriis de Florençia de ouro e de boo peso los quales florinos me emprestastes por me fazer amor e graça pera tirar as leteras da graça da coonisia de Lugo que foy dada per nosso senhor ho Papa ao meu irmaao e estes nove floriis mi obligo de os pagar em paz e em salvo em Lugu per dia de Sam Migel de Septembro primeiro que vem a vos ou a quem por vos este instrumento mostrar ou vos enviar procuraçom sufficiente do dicto Vaasco Lourenço per que ajades e cobredes pelos bees e rendas da dicta coonisia ou doutro beneficio se o hi ouver em maneyra que vos sejades entrege e pago destes nove floriis ataa o dicto prazo em deante por custas dapnos e interesse e pera esto comprir obligo todos meus bees eclesiasticos e seculares du quer que os aja e deva a aver et renuncio toda ley excepçom e defensom e deryto que contra esto allegase que non valha em juizo nem fora del non seja ouvido sobre ello. E por que esto fosse certo roguey a Johanne Steveez notario publico auctoritate appostolica que fezesse dello huum publico instrumento que foy feyto em

²⁸ Segue-se *et* riscado.

²⁹ Segue-se a fl. 290v em branco.

³⁰ Segue-se *todos* riscado e sopontado.

Avinhom sete dias de Março anno Domini millesimo CCC^o. quadragesimo septimo.

Testemunhas que presentes foram: dom Joham Lourenço thesoureyro de Viseu e do[m] Johann'Eannes coonigo do Porto e outros³¹.

6

1347, JUNHO, 2, Avinhão — *Domingos Martins dito Abade, vigário-perpétuo da igreja de S. Paio de Guimarães, diocese de Braga, constitui Guilherme de Santo Estêvão como seu procurador na Cúria Pontifícia*³².

[Fl. 293] In nomine Domini amen. Anno ejusdem millesimo trecentesimo quadragesimo septimo indicione quinta decima pontificatus Sancti Patris et Domini Domini Clementis Pape VI anno VI <die secunda mensis Juni> Avinione. Personaliter constitutus discretus vir Dominicus Martini dicto abbade vicarius perpetuus ecclesie Sancti Pelagii de Vimarannis diocesis Bracarensis fecit constituit et ordinavit suum verum legitimum procuratorem Guilhelmum de Sancto Stephano in Romana Curia procuratorem ad inpetrandum et contradicendum etcetera³³.

Presentibus: venerabilibus et discretus viris domnis Martino Egidii et Johanne Johannis canonicis Ispalensis et Portugalensis ecclesiarum canonicis et Petro de Ovam(?) clerico Sesaragustanne diocesi et pl[ur]ibus aliis.

Et ego Johannes Stephani publicus apostolica auctoritate notarius³⁴.

7

1347, ABRIL, 11, Avinhão, na casa de morada de mestre Baldo — *Pedro Dias, clérigo de Saragoça, na sequência da resposta dada por mestre Baldo ao seu pedido, para ser despachada a apelação que trouxera (e que aquele oficial considerara pouco clara e dubitativa), pede documento comprovativo da resposta recebida e de como não era responsável pela demora na resolução do caso.*

[Fl. 299] In Dey nomine amen. Anno a Nativitate ejusdem millesimo trecentesimo quadragesimo septimo indicione XV die undecima mensis Aprilis pontificatus Sanctissimi in Christo Patris et Domini Domini Clementis Divina Providencia Pape VI anno quinto. In presencia mey notarii publici et testium infra scriptorum discretus vir³⁵ Petrus Didaci clericus Ceseragustane diocesis

³¹ Seguem-se as fls. 291v-292v em branco.

³² Trata-se do resumo da procuração, uma vez que o notário apenas redigiu na nota o protocolo e o escatocolo do documento.

³³ Segue-se um espaço em branco retomando-se o texto no fim da folha.

³⁴ Seguem-se as fls. 293v-297 em branco. Na fl. 297v surge o início de um documento inacabado com o segundo teor: *In nomine Domini. Anno a Nativitate ejusdem millesimo trecentesimo quadragesimo VII indicione XIII pontificatus Domni Domini nostri Pape Clementis VI anno VI die XXVII mensis Septembris. Discretus vir domnus Alvarus Gonsalvi clericus Colimbriensis ac.* Seguem-se as fls. 298-298v em branco.

coram venerabili viro magistro Baldo abbreviatore dicti domini Pape seu ordinatore literarum et rescriptorum justicem ipsius Domini Pape super appellacionibus ad dictum Dominum Papam et ejus Sedem Apostolicam interjecte propossuit et dixit quod cum ipse Petrus Didaci portasset diu erat ad dictum magistrum Baldum quandam appellacionem cujus tenor pro parte inferius continetur ut formaret ac etiam ordinaret literam seu rescriptum super sua apellatione predicta ac ipsum magistrum Baldum instanter requisivit quod dictum rescriptum super apellatione sua predicta sibi ordinatum vellet tradere vel quod ipsum rescriptum sicutis quod posset vellet sibi ordinare et expedire cum esset in mora periculum³⁶ et ne sibi nec illi seu illis cujus seu quorum est dicta apellationi et quorum seu cujus ipse est procurator prejudicium aliquod generetur nec generari possit super prosscucione predictae apellationis et incontinenti dictus magister Baldus eydem Petro Didaci procuratore prefato respondit et dixit quod dictum rescriptum super apellatione predicta formare seu etiam ordinare non poteret neque posset propter dubia et obscuritatem apellationis predictae et actorum et actitatorum ipsius et nichilominus prefatam apellationem de qua supra et infra ... mencio in parte dicto Petro Didaci tradidit et restituit incontinenti magister Baldus prefatus de qua quidem responssione et omnibus aliis et singulis supradictis ac etiam infrascriptis prefatus³⁷ Petrus Didaci requisivit me notarium infrascripto ut sibi conficerem unum vel plura instrumenta ne sibi ex hoc ad negligenciam inputari possit et ne illi seu illis cujus seu quorum procuratorem se asservit super prosscucionem dicte apellationis prejudicium aliquid generetur tenor vero dicte apellationis incipit in terciam linea “in scriptis” et finet i[n] quarta linea “in causa” et in X linea sic incipit “Sancius Remigii” et finit “in quinto decimo anno tercio” et in peneultima linea ante signum notarii sic incipit “teneatur” et finit “in eadem presentibus” processus vero de quo supra fit mencio in prima linea sic incipit “ad quam [Fl. 299v] diem Marcis” et finit in illa columna continentem “sequentis” et in XL septima pecia sic incipit “et dominicus p... d... in loco” et finit in illa collunna³⁸ “et ad procedendum” et in ultima pecia dicti processus ante signum notarii sic incipit “fuisse et esse desertam” et finit in dicta pecia “Montis Albani”. Acta fuerit hec Avinione in hospicio habitacionis dicti magistri Baldi anno indicione die mensse et pontificatus predictis.

Presentibus: venerabilis et discretis viris domnis magistris Johanne de Turre, Garssia Petri de Peralta, Bonanato Sangeda in Romana Curia procuratoribus et Dominico Petri porcionario ecclesie Sancti Stephani de Alanquerio clericis Cesaragustanis, Gerundensis et Ulixbonensis diocesis testibus ad premissa vocate specialiter et rogate.

³⁵ Seguem-se letras riscadas.

³⁶ Segue-se um espaço em branco.

³⁷ Seguem-se duas palavras riscadas.

³⁸ No texto: *collunda*.

8

1347, JUNHO, 1, Avinhão, diante da primeira porta do palácio papal — *Estêvão Afonso, raçoeiro da igreja da Azambuja, diocese de Lisboa, e procurador de Lourenço Domingues e Estêvão Fernandes, raçoeiros dessa mesma igreja, apresenta-se no palácio papal onde pede para ser recebido como procurador e portador de uma apelação interposta por esses clérigos contra o mosteiro de S. Vicente de Fora. O porteiro não o autoriza a entrar por não ser o momento próprio, dado haver férias no palácio de 1 de Junho a 1 de Outubro.*

[Fl. 300] In Dey nomine amen. Constitutus in presencia mey Johannis Stephani publici notarii et testium subscriptorum ad hoc specialiter rogatorum et vocatorum Avinione ante primam portam palacii domini Pape discretus vir Stephanus Alfonsi porcionarius de Azanbuja diocesi Ulixbonensis et peçiit a discreto viro Petro Ferrerii hostiario dicti Domini Pape tunc prima portam custodiente quod eundem Stephanum Alfonsi ad dictum Dominum nostrum Papam intrare permecteret quia volebat ipse Domino Pape presentare quandam apellationem tanquam procurator Laurentii Dominici et Stephani Fernandi porcionariorum dicte ecclesie de Azanbuja interjectam per ipsos a venerabili et religioso viro domno Petro priore monasterii Sancti Vincencii de Foris civitatis Ulixbonensis a quibusdam gravaminibus eis illate ut dicebant per dominum priorem supradictum occasione cujusdam questionis que vertebatur coram dicto priore inter ipsos ex parte una et quandam Alfonsum Martini consocium suum ex altera prout plenius continetur in quodam instrumento appellacionis quod tunc in manibus tenebat et incontinenti idem hostiarius respondit quod non erat tempus ad ipsum Dominum Papam intrandi nec ipsum Stephanum Alfonsi procuratorem intrare permisit quamvis ab eo cum instancia fuisset cum instancia sepem et sepius requisitus et tunc dictus domnus Stephanus pro se et dominis <et consociis> suis supradictis quorum procuratori est protestatus fuit nomine sue et nomine procuratorio quod tempora prosequendi dictam apellationem sibi nec dictis dominis suis non currant cum per eum non steterit quo minus ad dictum Dominum Papam intraret et judicem vel judices inpetraret super ea. Item protestat dictus procurator quod cum vacaciones generales sint in sacro palacio inducta a Kalendas Junii usqued ad Kalendas mensis Octobris de mandato speciali dicti Domini Pape quod tempora prosequendi dictam apellationem sibi et eis quorum est procurator non currant cum per eum non stet quo minus dictam apellationem prosequetur de quibus etcetera.

Presentibus: Egidio Alfonsi canonico Sancte Marie de Alcacova Castri Santaranensi et Jacobo Tibaldis porterio Domini Pape et Gonsalvo Dominici clerico et pluribus aliis et ego. Acta fuerunt hec prima die mensis Junii de anno Domini M^o CCC XLVII indicione quinta decima pontificatus Sanctus Patris Clementis Divina Providencia Pape VI anno VI.

9

[1347], SETEMBRO, 10, Avinhão — *Mestre Pedro, cónego de Tui, empresta a Rodrigo Mendes, cónego de Lisboa, dezasseis escudos de ouro, até ao primeiro dia de Novembro desse ano, recebendo umas Decretais em penhor.*

[Fl. 300v] In nomine Dey etcetera. Venerabilis vir magister Petrus canonicus Tudensis mutuavit seixdecim scutos auri boni et legitimi ponderis venerabili viro Roderico Menendi canonico Ulixbonensi solvendo usque ad primam die[m] mensis Novenbris proximus venientis et dictus magister Petrus tenet quasdam Decretales in pignore pro dicta pecunia que incipiunt in rubro “incipit” et in nigro “Clemens” et ultima linea primi folii secundi libri finit “satis” et ultimum folium quinti libri in ultima linea finit “preceptum”. Facta fuerunt hec Avinione in stallo trium[?] pomarum decima die mensis Septembris.

Presentibus: venerabilibus et discretis viris Martino Gomecii canonico Pacensi et Gonsalvo Hermigii porcionario ecclesie Portugalensi³⁹.

10

1347, Avinhão — *Martim Gil, cónego prebendado de Sevilha e de Viseu, constitui como seus procuradores Vasco Peres, deão de Évora, João Mateus, raçoeiro de Sevilha, e Vicente Rodrigues, presbítero e clérigo do referido deão, para em seu nome poderem receber e administrar os frutos dos seus benefícios nas igrejas de Sevilha e Viseu.*

[Fl. 302] In nomine Domini amen⁴⁰. Noverint universsi et singuli presentis procuracionis seriem inspecturis quod anno Domini millesimo trecentessimo quadra[gesimo] septimo indicione quinta decima pontificatus Sanctissimi Patris Domini Domini Clementis Divina Providencia Pape sexti anno quinto. Consti[tu]tus Avinione in presencia mey Johannis Stephani publici apostolica auctoritate notarii et testium subscriptorum ad hoc specialiter vocatorum et rogatorum in domibus h[ab]itacionis sue venerabilis et discretus vir domnus Martinus Egidii canonicus prebendatus Yspalensis et Visensis ecclesiarum fecit constituit ac etiam ordinavit suos veros legitimos et sufficientes actores factores et negociorum gestores et nuncios speciales venerabiles et discretos viros domnos Valascum Petri decanum⁴¹ ecclesie Elborensis et Johanem Matey porcionarium ecclesie Yspalensis⁴² et Vicencium Roderici presbiterum et clericum dicti decani licet absentes tanquam presentes et quemlibet eorum in solidum itaquod occupantis condicio pocior(?) non existat sed quod per eorum alterum eorum fuerit inceptum alter prosequi valeat et finire videlicet ad petendum exigendum recipiendum recuperandum pro eo et ejus nomine omnes et singulos fructus redditus et proventus et quaslibet pecu[n]iarum summas pertinentes seu spectantes ad

³⁹ Seguem-se as fls. 301-301v em branco.

⁴⁰ Segue-se: *anno*.

⁴¹ Palavra manchada por um borrão.

⁴² Palavra manchada por um borrão.

eum racione suorum canonicatum et prebendarum ac etiam prestimoniorum suorum et prestemeyras que obtinet in civitatibus et diocessibus supradictarum Yspalensis et Visensis ecclesiarum a quibuscumque personis tam clericis quam laicis cujuscumque condicionis existant et ad petendum exigendum compotum seu racionem a quocumque procuratore seu procuratoribus per eum usque ad presentem diem constituto seu substituto ab eis vel ab altero eorundem seu ab aliis personis quibuscumque de administratis et receptis per eos necnon ipsos fructus redditus et proventus canonicatum et prebendarum predictorum et prestimoniorum et prestemeyras arrendandum cuicumque vel quibuscumque personis pro certo precio ad bienium vel trienium simul vel divisum et de hiis que a dictis arrendatoribus receperint suo nomine [Fl. 302v] facere quitacionem et finem et pautum de ulteris non petendo et etiam ad petendum et recipiendum pro eo et ejus nomine a quibuscumque personis quecumque debita sua et quas-cumque pecuniarum summas vel res alias mobiles cujuscumque speciey existant et in quibuscumque locis fuerint et ad dandum quitacionem ei vel eisdem a quibus dictas res pecunias ve[?] res mobiles receperint⁴³ et ad prestandum in anima sua cujuslibet generis sacramentum et specialiter ad jurandum in animam suam quod dictus fructus redditus et proventus dictorum canonicatum et prebendarum suarum et prestimoniorum suorum et prestemeyras non arrendavit nec arrendabit alicuy nec arrendare promisit nec intendit pro se nec per alium et quod dictus arrendatores om[n]ino servabit inde imp...es ad quod etiam observandum dictus domnus Martinus obligavit et obligat om[n]ia bona sua et heredum suorum ecclesiastica et mundana mobilia et immobilia habita et habenda ubiquumque existant et etiam dictis procuratoribus suis d[ic]ta bona dictis arrendatoribus obligandi dedit plenam et liberam potestatem revocans nichilominus dictis domnus Martinus omnes et singulos procuratores per eum ad arrendandum fructus d[ic]t[or]um beneficiorum et prestimoniorum et preste-meyras antea constitutos et nuli et vult quod arrendandi vigore aliarum procu-rationum nullam habeant potestatem et alia ad agendum et defendendum libel-lum dandum et recipiendum excipiendum et replicandum litem contestandum seu lites de calumpnia et veritatem dicenda jurandum et prestandum in animam suam cujuslibet generes sacramentum testes instrumenta et licteras et quas-cumque probaciones alias producendum ponendum et articulandum posi-cionibus et articulus adverse partis respondendum crimina et defectus oponen-dum testes adverse partis [Fl. 303] jurare videndum et eorum dicta contradi-cendum excepciones cujuscumque generis proponendum sentenciam seu sen-tencias difinitivas fieri petendum et et [iam] audiendum appellandum appella-cionem seu appellacionis prosequendum et si necesse fuerit beneficium absolu-cionis et restitutionis in integrum simpliciter et ad cautellam tocies quociens

⁴³ Segue-se *cujuscumque speciey existant* riscado.

opus fuerit petendum et obtinendum substituendum alium seu alios et etiam revocandi et post revocationem in se officium reprocuracionis reasumendi quociens eis vel eorum altri videbitur expedire et ad omnia alia et singula faciendum que circa premissa necessaria fuerint seu et oportuna et que ipsemet constitutionis faceret seu facere posset si personaliter presens esset etiam si mandatum exigant speciale promittens se omni tempore gratum ratum et firmum perpetuus h[ab]iturum quicquid per dictos suos procuratores vel eorum alterum substitutum vel substitutos ab eis vel ab eo actum gestum fuerit seu etiam procuratum sub ypoteca rerum suarum. Actum Avinione loco die et mense superius nominatus.

Presentibus: venerabilis et discretis viris dominis magistro Petro canonico Tudensis et Gunssalvo Dominici clerico et familiari dicti magistri Petri et Roderico Arie clerico Lamecensis diocesis⁴⁴.

11

1347, DEZEMBRO, 24 — *Mestre João Ferreira, procurador de D. Bonifácio, prior de Santa Maria de Aurate (diocese de Tolosa), e de Guilherme Oliva, bacharel em Leis, apresentada a Lourenço de Barbudo, professor de Direito, chantre de Coimbra e sacri palacii causarum auditor, uma apelação relativa à causa que os seus constituíntes tinham movido contra Beltrão de Bausela sobre as dízimas de Cornafolio (diocese de Tolosa), sobre a qual tinham já antes apelado para outro auditor da Cúria Pontifícia, Tomás Phastofs.*

[Fl. 304] In nomine Domini amen. Anno Nativitate ejusdem millesimo trecentesimo quadragésimo septimo indicione quinta decima vicesima quarta mensis Decenbris pontificatus Sanctissimi <in Christo> Patris et Domini Domini Clementis Divina Providencia Pape sexti anno sexto. Constitutus in presencia mey notarii et testium subscriptorum ad hoc specialiter rogatorum et vocatorum discretus vir magister Johannes Ferrerii procurator et procuratorio nomine venerabilis et religiosi viri domni Bonafacii prioris prioratus Sancte Marie de Aurate Tolosane Ordinis Clunhiacensis et Guilhelmi Olive bacallarii in Legibus que nomine procuratorio quandam appellacione coram venerabile et circumspecto viro domno Laurencio de Barbuto utriusque juris professore ac cantore Colinbriensi et supradicti Domini Pape sacri palacii causarum auditore inscriptis interposuit apellans et ap... peccit semel secundo et tercio et cum instancia prout in quadam appellacionis cedula quam per me notarium infrascriptum legi in hibi requisivit plenius continetur cujus tenor talis est:

Coram vobis venerabile viro domno Laurencio de Barbuto causarum sacri palacii auditor ego Johannes Ferrerii procurator et procuratorio nomine venerabili et religiosi viri domini Bonafacii prioris prioratus Sancte Marie de Aurate

⁴⁴ As partes deixadas em branco nesta folha e na seguinte (Fl. 303v) foram preenchidas com anotações posteriores.

Tolosane Ordinis Clunhiacensis et Gilhelmi Olive bacallarii in Legibus in hiis scripto proprio et dico quod lici in causam que vertebatur seu verti dicebatur inter ipsos domnos priorem de Aurate et Guilhelmi Olibe ex parte una et Bertrandum de Bausela super quibusdam decimis de Cornafolio Tolasane diocesis et eorum occione ex altera coram venerabili viro domno Thoma Phastofs⁴⁵ ejusdem sacri palacii causarum auditori dati fuerunt pro parte dictorum dominorum prioris de Aurate et Guilhelmi bona et sufficientes posiciones et articuli [Fl. 304v] procedente in materia et in forma et pro parte dictorum dominorum prioris et Guilhelmi cum debita instancia petitum ut illos deberet admictere et me dictum Johannem ipsorum nomine ad illos probandum in curia et extra quos quidem posiciones et articulos pro justificacione presentis apellacionis me refero et refferire intendo ipse tamen domnus Thomas in causa predictam properam procedens ipsos meos articulos ut dicitur repulit articulos partis adversse in materia et in forma pecantes admissit ut dicitur quos articulos in quantum meam presentem appellacionem justificant et justificare post hic visero et pro viseretis haberi volo prout continetur et jacent in acta cause predictae ad que pro justificacione presentis apellacionis me refero et refferire intendo et ipsum Bertrandum Bousela admissit ut dicitur ad illos probandum in curia et extra sic vel alter plus vel minus prout in processu cause hujusmodi dicitur contineri et propterea a predictis repulsione articulorum domni Guilhelmi predicti et admissione articulorum dicti Bertrandi Bausela a predicto domno Toma pro parte dictorum dominorum prioris et Guilhelmi fuit ad Sedem Apostolicam appellatum et licet causa et cause apellacionis hujusmodi fuerint ut dicitur nobis commisse vos tamen vestris honore et reverencia senper salvis in predicta apellacionis causa prope-ram procedendo pronunciastis ut dicitur per dictum domnum Tomam bene fuisse processum et pro parte predictorum dominorum Bonafacii⁴⁶ et prioris Beate Marie de Aurate ac domni Guilhelmi Olibe fuisse appellatum ipsosque dominos priorem et Guilhelmum in expensis ut dicitur condempnastis prout sic vel aliter in vestra [Fl. 305] pretenssa interlocutoria seu pronunciacione plus vel minus dicitur contineri in predictorum dominorum prioris et Guilhelmi prejudicium non modicum et gravamen cum totum contrarium predictos debuiset pronunciasse quare cum ex predictis vestris pronunciacione et condempnacione pretensis et ab omnibus et singulis aliis gravaminibus per vos mihi et parti mee illati que colliguntur et colligi poterunt ex actum cause predictae ad que pro justificacione presentis apellacionis me reffero ut prefertur ex causis predictis et propter eas et earum qualibet ad Dominum nostrum Papam et ejus Sanctam Sedem Apostolicam in hiis scriptis provoco et apello et ap... peto semel secundo et tercio ac sepe sepius et instanter ac cum instancia peto eosdem michi concedi et dari de quibus etcetera.

⁴⁵ *Sic.*

⁴⁶ No texto: *Bonafocii.*

Presentibus: discretis viris dictis Guilhelmo de Sancto Stephano in Romana Curia procurator et Johanne Johannis presbitero et Valasco Gonsalvi et Roderico Petri domicellis dicti domini auditor et dictus d...⁴⁷.

⁴⁷ Nota incompleta. A parte deixada em branco nesta folha e nas seguintes foram preenchidas com anotações posteriores.